



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 972/11

Acrescenta o art. 2º à Lei nº 8.205/85.



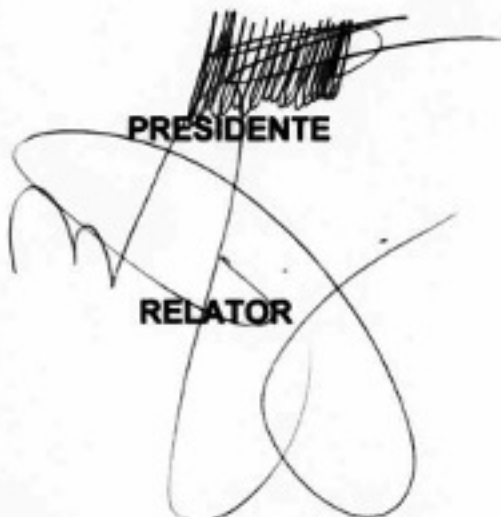
Art. 1º A Lei nº 8.205, de 24 de dezembro de 1985, passa a vigorar acrescida do seguinte parágrafo único:

"Art. 1º ...

Parágrafo único. O "Dia da Bíblia" previsto no *caput* passa a fazer parte do Calendário Oficial do Estado do Paraná."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2012.




PRESIDENTE
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 074/12

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a festa popular/cultural *Réveillon* Fora de Época.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a manifestação popular/cultural, intitulada *Réveillon* Fora de Época, a ser realizada anualmente no segundo sábado após a Quarta-feira de Cinzas, no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2012.



PRESIDENTE



RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 316/12

Institui o Mês da Bicicleta a ser comemorado anualmente em setembro.

Art. 1º Fica instituído o Mês da Bicicleta, no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente em setembro.

Parágrafo único. O mês ora instituído passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º O Mês da Bicicleta terá caráter de evento oficial, objetivando mobilizar o Poder Público, iniciativa privada, comunidade acadêmica, escolar e outros segmentos organizados da sociedade que, juntos, concentrarão esforços no desenvolvimento de atividades, ações e campanhas que esclareçam e incentivem o uso da bicicleta como meio de transporte eficiente e sustentável.

Art. 3º As atividades a serem desenvolvidas no Mês da Bicicleta consistirão em:

I – estimular o desenvolvimento de ações educativas destinadas às crianças, adolescentes e adultos, sobre o uso correto da bicicleta como meio de transporte sustentável nas cidades paranaenses.

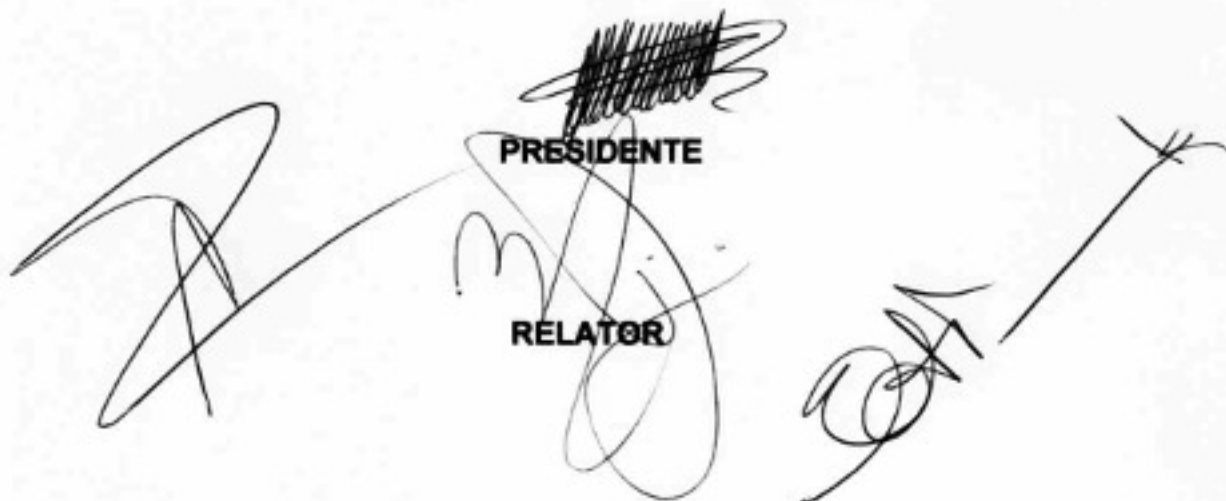
II – realização de atividades educativas e recreativas alusivas à data em órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, rede pública de educação infantil, ensino fundamental e médio do Estado do Paraná, universidades estaduais e outros.

III – as atividades educativas serão elaboradas, organizadas e ministradas pelo Poder Público e segmentos da sociedade paranaense, obedecendo aos princípios éticos e morais nos espaços disponibilizados à realização das atividades constantes do cronograma do Mês da Bicicleta, podendo ser abordadas as seguintes ações:

- a) arte e bicicleta;
- b) mobilidade;
- c) ciclecine;
- d) passeios ciclísticos;
- e) cartazes;
- f) adesivos;
- g) realização de palestras;
- h) peças teatrais;
- i) outros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2012.



The block contains three handwritten signatures and two official stamps. The first signature is on the left. The second signature is in the center, with a stamp that reads "PRESIDENTE" above it and "RELATOR" below it. The third signature is on the right.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


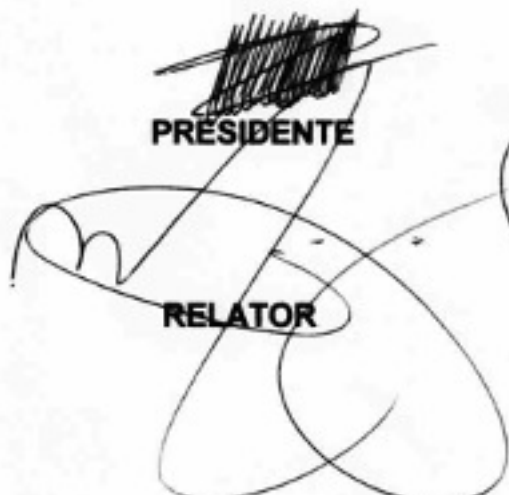

Redação Final ao Projeto de Lei nº 416/12

Institui no Calendário Oficial de
Eventos do Estado do Paraná o
Dia da Conscientização sobre a
Hanseníase.

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia da Conscientização sobre a Hanseníase, a ser celebrado anualmente no dia 26 de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2012.

PRÉSIDENTE

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 497/12

Cria a Comissão Estadual da Verdade no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica criada a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU.

Art. 2º A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná tem como finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no Estado do Paraná no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988 e contribuir com a Comissão Nacional da Verdade na consecução de seus objetivos previstos no artigo 3º da Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná será composta por 07 (sete) membros de notório saber com atuação na área de Direitos Humanos, indicados e designados pelo Governador do Estado do Paraná, sendo 01 (um) destes, obrigatoriamente, pertencente ou indicado pelo Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça.

§ 1º Não poderão integrar a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná aqueles que:

I – exerçam cargos executivos em agremiação partidária;

II – não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão Estadual da Verdade;

III – estejam no exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer esfera do Poder Público.

§ 2º A participação na Comissão Estadual da Verdade no Estado do Paraná será considerada de serviço público relevante e honorífico pela concretização do Estado Democrático de Direitos e promoção dos Direitos Humanos.

Art. 4º Os membros serão designados para mandato com duração até o término dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná, a qual será considerada extinta após a publicação do relatório circunstanciado pela Comissão Nacional da Verdade, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. A extinção da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná prevista no caput deste artigo poderá, excepcionalmente, ser suspensa pelo prazo de 01 (um) ano, mediante justificativa da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná.

Art. 5º A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná deverá atender as solicitações da Comissão Nacional da Verdade e prestar todos os subsídios necessários para o exame e esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988.

Art. 6º A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná, com a finalidade de exercer suas competências, descritas no artigo 2º desta Lei, poderá:

I – receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada;

II – requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;

III – convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;

IV – determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações documentos e dados;

V – promover audiências públicas;

VI – requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a Comissão Nacional da Verdade;

VII – promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; e

VIII – requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos.

§ 1º As requisições previstas nos incisos II, VI e VIII serão realizadas diretamente aos órgãos e entidades do poder público.

§ 2º A Comissão Estadual da Verdade poderá requerer ao Poder Judiciário acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados necessários para o desempenho de suas atividades.

Art. 7º Todas as informações coletadas pela Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná deverão ser encaminhadas à Comissão Nacional da Verdade.

Art. 8º As requisições da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná deverão ser atendidas, com urgência, por todos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.

Art. 9º A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná atuará de forma articulada e integrada com os órgãos públicos, instituições e movimentos sociais, e especialmente com:

I – Ministério Público Federal;

II – Ministério Público do Estado do Paraná;

III – Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná;

IV – Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça;

V – Arquivo Público Nacional e do Estado do Paraná;

VI – Comissão de Anistia, criada pela Lei Federal nº 10.559, de 13 de novembro de 2002;

VII – Universidades sediadas no Estado do Paraná;

VIII – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei Federal nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995;

IX – Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

X – Grupo Tortura Nunca Mais – Paraná.

XI – Observatório para Resgate da Verdade, Memória e Justiça da Universidade Federal do Paraná.

Art. 10. As atividades da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná não terão caráter jurisdicional ou persecutório.

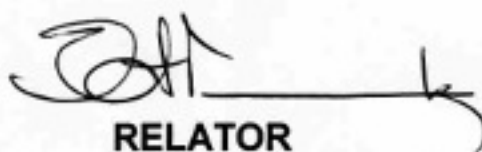
Art. 11. A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos prestará todo apoio administrativo a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná para o exercício de suas atribuições, inclusive com a disponibilização de estagiários.

Art. 12. A presente Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.



Sala das Comissões, em 13 de novembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
Presidente



RELATOR





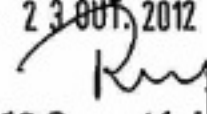
03

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 517/2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 OUT. 2012



1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a FUNTEF-PR – Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a FUNTEF-PR, Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR.

Artigo 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2012.


Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

A Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (FUNTEF-PR), tem a finalidade de apoiar a UTFPR na consecução dos seus objetivos legais e institucionais, principalmente no que diz respeito à pesquisa, ao ensino, à extensão, ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, bem como à prestação de serviços e à transferência de tecnologias para a comunidade.

Através dos seus Núcleos espalhados em várias regionais do Estado do Paraná, a FUNTEF-PR atende demandas oriundas de órgãos públicos e realiza concursos públicos e/ou testes seletivos que objetivem a seleção de recursos humanos. O amplo quadro de servidores especialistas, mestres e doutores, somado à extensa rede de instituições e profissionais parceiros, credenciam a UTFPR para realizar esse trabalho com o profissionalismo e a seriedade necessários.

A FUNTEF-PR foi constituída inicialmente em 11 de junho de 1997 tendo sido aprovada pelo Ministério Público do Estado do Paraná através da Promotoria de Justiça de Fundações pelo atestado nº 041/97 de 30 de julho de 1997. Posteriormente em 28 de novembro de 2007, foi averbada modificação estatutária tendo em vista o antigo CEFET ter passado a status de Universidade, passando a denominar-se UTFPR, necessitando a mesma de mudança conforme anexamos a presente propositura.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 517/2012

Projeto de Lei nº. 517/2012

Autor: Deputado Estadual Ademar Traiano

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR*, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Fundação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação e pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, tendo em vista incluir a sede e o foro na redação do projeto de lei ora em tela, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



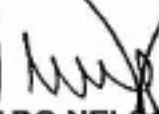
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 517/12

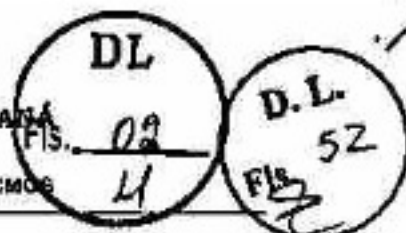
De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 517/12, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a FUNTEF-PR, Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR, com sede e foro no Município de Curitiba – PR.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO VALDIR ROSSONI - DIGNÍSSIMO
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
ENCAMINHE-SE À DEPARA VERIFICAR
REQUISITOS.
DATA: 21 MAR 2012

PRESIDENTE:

RECURSO AO PLENÁRIO N° 004/12

Projeto de Lei nº: 727/2011
Autoria: Dep. Prof. Lemos

*Autoria: Dep. Prof. Lemos
Relembro para informação
C. M. F. Borges
Assessoria Legislativa*

EMENTA: PROÍBE O TRATAMENTO
DISCRIMINATÓRIO ÀS GESTANTES QUE
PARTICIPAM DE CONCURSOS PÚBLICOS DE
PROVAS OU DE PROVAS E TÍTULOS NO ÂMBITO DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO
DO PARANÁ.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no § 18 do artigo 51 e 33-A, § 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, inconformado com a rejeição ao Projeto de Lei em epígrafe, no âmbito da CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, tempestivamente, interpor **RECURSO AO PLENÁRIO**, pelas razões fáticas e jurídicas adiante delineadas, requerendo, seja o mesmo recebido e submetido ao Plenário para deliberação na forma regimental.

Termos em que,
Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2012.

PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual

17121 21/03/2012 09:16:20 DE ASSUNTO: RECURSO AO PLENÁRIO



1 - RAZÕES DO RECURSO

O presente Projeto visa proibir o tratamento discriminatório que vem sendo dispensado às gestantes que participam de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná, quando dos processos seletivos em que haja necessidade do exame de capacitação física e que por ocasião da gravidez, gera o desligamento e a exclusão da candidata em estado grávidico. Razão pela qual, tem por escopo, evitar esse desligamento e consequente exclusão da candidata que comprove sua gravidez quando desses processos seletivos, haja vista, o estado em que se encontra naquele momento, porém, sendo compelida a submeter-se aos mesmos testes físicos que os demais candidatos em situações normais de saúde, o que poderá acarretar sérios riscos não só a gestante, mas à vida do nascituro.

A proposição não viola nenhum preceito legal, tão pouco, o Princípio da Isonomia, diferentemente, assegura direitos sociais garantidos no artigo 6º da Carta Magna, Lei Maior, Lei das Leis, como será demonstrado no transcorrer deste.

Previamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Legalidade e Constitucionalidade, esta OPINOU pela sua não aprovação, apontando vício de iniciativa.

Em definitivo, através do Relator Deputado Alexandre Curi, após análise sob os aspectos da Constitucionalidade e Legalidade, igualmente, OPINOU pela não aprovação, argumentando, da mesma forma, vício de iniciativa, acrescentando que uma vez aprovado acabará por *abrir precedentes* propiciando aos partícipes que por ventura estejam incapacitados temporariamente, um tratamento igualitário, cujo Parecer submetido à votação, foi pela sua aprovação, rejeitando-se, portanto o referido Projeto.



Interposto Recurso à referida Comissão (CCJ), designou-se novo Relator na pessoa do deputado TADEU VENERI, o qual apresentou VOTO EM SEPARADO OPINANDO PELA CONSTITUCIONALIDADE do Projeto com base no artigo 6º da Constituição Federal, dentre outros.

Na sessão de 06/03/2012, concedeu-se Vista ao Deputado Ademar Traiano o qual apresentou Voto em Separado e contrário ao parecer do novo Relator, opinando pela Rejeição do Projeto.

Em Sessão da CCJ, submetido à votação em data de 20/03/2012, o Parecer Favorável do novo Relator, Deputado Tadeu Veneri, tomou-se voto vencido, mantendo-se, portanto, o Parecer do Relator originário pela Rejeição do Projeto, o que motivou este Parlamentar a Recorrer da Decisão daquela Comissão de Constituição e Justiça e interpor o presente Recurso junto ao Plenário desta Casa de Leis, o que o faz pelas seguintes razões de direito.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por *objetivo* evitar o desligamento e a exclusão da candidata que comprove sua gravidez quando dos processos seletivos em que haja exame de capacitação física, haja vista, o estado gravídico em que se encontra precisamente naquele momento, evitando assim, a ocorrência de riscos ao nascituro.

Em Editais de Concursos Públicos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná compostos por exames de capacitação física, é comum existir a previsão do desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame.



Destarte, a proposição em debate pretende *preservar a saúde* tanto da gestante, quanto do nascituro, *quicá, até a vida* de ambos, ao mesmo tempo, impedir o desligamento de candidatas em função da impossibilidade momentânea causada pela condição gravídica de participarem de exames de capacitação física.

Ora, estamos tratando de uma garantia fundamental de cunho constitucional prevista em seu artigo 5º, qual seja, a vida, a qual se estará colocando em risco, repita-se, tanto da mãe quanto de seu filho que ainda não nasceu, quando por uma imposição, é obrigada a submeter-se aos mesmos tratamentos físicos a que se propõem outros candidatos em perfeitas condições físicas.

A gestante (Mãe ou futura Mãe) no estado delicado em que se encontra, ao ter de enfrentar exames de capacitação física para evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, estará se submetendo a uma espécie de *tortura*, bem como, a *tratamento desumano ou degradante*, o que é vedado pela Constituição da República em seu artigo 5º, inciso III, *ex vi*:

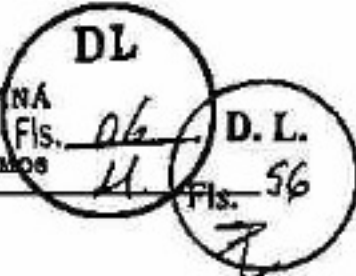
Art. 5º. Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - (...);

III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. (destaque).

1. QUANTO À INICIATIVA DO PRESENTE PROJETO:

Ao examiná-lo, percebe-se que a presente proposição está em consonância com as atribuições do Legislativo insertas no Regimento Interno desta ALEP, na Constituição Estadual e na Carta Magna, senão vejamos:



1.1 - No Regimento Interno:

A referida prerrogativa e competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, *salvo melhor entendimento*, está disposta no artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

1.2 - Na Constituição Estadual:

A Constituição do Estado do Paraná garante aos membros da Assembleia Legislativa a competência para *dispor sobre todas as matérias* de competência do Estado, *inclusive*, no que diz respeito ao assunto ora em debate, bem como, no tocante à iniciativa, conforme preceito *in verbis*:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

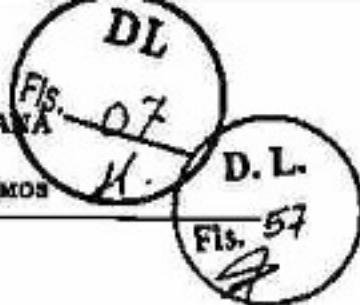
V - Planos e Programas Estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento; (grifamos).

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado. (grifo nosso).

XVI - matéria decorrente de competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria de legislação concorrente da Constituição Federal

art. 55 - a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição. (grifamos).



1.3 - Na Constituição Federal:

A Constituição da República atribuiu ao Poder Legislativo a competência para legislar sobre as matérias decorrentes da competência comum e concorrente, previstas nos seus art. 23 e 24, respectivamente, dentre as quais, questões atinentes a proteção e defesa da saúde, infância e juventude, senão vejamos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública (...); (grifo nosso);

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
(grifamos);

XV - proteção à infância e a juventude. (doatague);

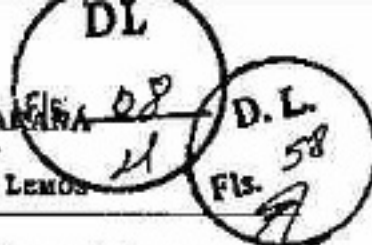
Sendo assim, dos dispositivos supra, abstrai-se que são permissivos que legitimam a apresentação do presente Projeto de Lei.

2. QUANTO À ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS:

O r. Parecer do Relator, consubstanciado no Parecer da Procuradoria Geral do Estado, embasou-se nos seguintes dispositivos:

2.1 - Forú o artigo 37, V da CF/88:

O artigo 37 dispõe acerca dos Princípios da Administração Pública a serem observados. No Referido Projeto não se vislumbra nenhuma afronta a tais princípios, em cujo inciso V, dispõe:



V - as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Equívocou-se na fundamentação retro, tanto o Relator, quanto a Procuradoria Geral do Estado, porque *a proposição em debate*, salvo melhor entendimento, não entra no mérito do inciso apontado (V), mas *apenas objetiva* evitar o desligamento e a exclusão da candidata que comprove sua gravidez quando dos processos seletivos em que haja exame de capacitação física, em razão do estado gravídico em que se encontra naquele momento.

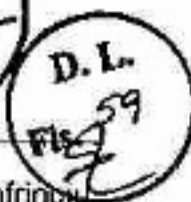
2.2 - Feriu os artigos 7º, 66, 87 VI e 163 da CEPR:

Referente ao artigo 7º, numa análise sucinta, percebe-se que nenhuma infringência houve ao Princípio da Separação dos Poderes. A Proposição Legislativa não feriu o artigo 7º da Constituição Estadual, pois, está amparada através de uma autorização normativa que possibilita a interferência Parlamentar também na questão combatida. O dispositivo Constitucional Estadual abaixo é claro ao explicitar a *possibilidade de intervenção em todas as matérias, ex vi*, do artigo 53, bem como, corroborando, o artigo 65 da Carta Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, *dispor sobre todas as matérias de competência do Estado.* (destaque).

Art. 65 - A iniciativa de Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer Membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição Estadual.

Sendo assim, foi exatamente o que se fez através da apresentação do referido Projeto de Lei, pois o autor, ora recorrente, usou de suas prerrogativas ali inseridas.



Concemente ao artigo 66 supra, tal matéria também não lhe infringiu, ao contrário, encontra-se amparada neste, isto porque, tal dispositivo elenca o rol de proposições de Iniciativas exclusivas do Governador, cujo objeto da proposta em debate, ali não se insere, tão pouco, nos elencados no artigo 87 do mesmo Estatuto, vejamos:

Art. 66. Ressalvados o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, as leis que disponham sobre:

- I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos do poder executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;
- III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;
- IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

- I - representar o Estado nas suas relações jurídicas, políticas e administrativas;
- II - nomear e exonerar os Secretários de Estado;
- III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da Administração estadual;
- IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- V - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;
- VI - dispor sobre a organização e funcionamento da Administração estadual, na forma da lei; (destaque).
- VII - vetar projeto de lei, total ou parcialmente;
- VIII - solicitar a intervenção Federal no Estado, nos termos da Constituição Federal;
- IX - decretar e fazer executar a intervenção estadual nos Municípios, na forma desta Constituição;
- X - remeter mensagem e plano de governo à Assembleia Legislativa, expondo a situação do Estado;
- XI - Prestar contas anualmente à Assembleia Legislativa, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da Sessão Legislativa, relativamente ao ano anterior;
- XII - prestar informações solicitadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, nos casos e prazos fixados em Lei;
- XIII - nomear agentes públicos, nos termos estabelecidos nesta Constituição;
- XIV - enviar à Assembleia Legislativa o Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e as Propostas de Orçamento, previstos nesta Constituição;



- XV - (Adm 2.208 - STF);
XVI - prover e extinguir cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;
XVII - (Adm 2.208-STF);
XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição;
XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia;
XX - mediante autorização da Assembleia Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde quem, haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresas públicas, bem como, dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.

Ora, a proposição defendida, em momento algum tem o condão de dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Estadual, apenas visa garantir direitos sociais insertos no artigo 6º do Estatuto Magno, dispositivo desrespeitado pelo Estado do Paraná baseado em meros Editais e que, salvo engano, se sobrepõe, inclusive, a texto Constitucional, quando impede a participação de gestantes em concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná, quando dos processos seletivos em que haja necessidade do exame de capacitação física e que por ocasião da gravidez gera o desligamento e a exclusão da candidata.

No concernente ao artigo 183 da CE/PR, descabida a argumentação como fundamento reprotório ao Projeto em combate, porque seu conteúdo em nenhum momento trata de questão atinente à Educação. Equívocou-se o r. Relator em sua fundamentação.

2.3. Que o presente projeto ao invés de propiciar e garantir à administração pública a participação de forma igualitária com preservação da dignidade da pessoa humana, acabará por abrir precedentes propiciando aos partícipes que por ventura estejam incapacitados temporariamente, um tratamento igualitário:

Com todo o respeito, *equivocado o Parecer*, pois, além de não reportar-se à legalidade e constitucionalidade da matéria, adentrou no mérito, o que foge de sua competência, mas cujo argumento foi discriminatório e preconceituoso.



Exatamente contrário à argumentação supra que embasou o parecer reprovatório do Relator originário é o objetivo da Proposta em confronto, pois *tal ação Governamental em assim continuando*, qual seja, obrigando a gestante a submeter-se aos mesmos tratamentos físicos a que se propõem outros candidatos em perfeitas condições de saúde e físicas com a finalidade de apenas dessa forma evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, *é que se constitui em afronta e afronta direta à dignidade da pessoa humana*, fundamento da República brasileira previsto no Inciso III do artigo 1º da Carta Magna, r.citado.

Importante ressaltar, que a gestante (Mãe ou futura Mãe) no estado delicado em que se encontra, ao ter de enfrentar exames de capacitação física para evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, estará se submetendo a uma espécie de tortura, bem como, a tratamento desumano ou degradante, o que é vedado pela Constituição da República em seu artigo 5º, Inciso III, já delineado.

Ademais, da forma apresentada, *a proposição não viola o Princípio da Isonomia, diferentemente, garante direitos sociais inseridos no artigo 6º do Estatuto Magno*, qual seja: a saúde, o direito ao trabalho, a maternidade e infância, no caso em tela, da gestante e do nascituro.

Não é razoável a respeito da alegada incompatibilidade com os testes físicos específicos realizados durante a seleção e a condição de gestante, que se priva da plena realização da pessoa, enquanto indivíduo inserido na sociedade a qual elegeu o valor social do trabalho, um de seus fundamentos (CF, art. 1º, inciso IV) de modo a ensejar sua exclusão do mercado de trabalho.

Ainda, *não prospera a alegação* de que "acabará por abrir precedentes propiciando aos partícipes que por ventura estejam incapacitados temporariamente, um tratamento igualitário".



Acerca do Princípio da Igualdade invocado pela Douta Procuradoria

Geral do Estado e que embasou o r. Parecer do Ilustre Relator Deputado Alexandre Curi e aceito pelos demais Membros da Comissão de Constituição e Justiça, posicionam-se de forma contrária os Professores Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino em sua obra Direito Constitucional Descomplicado (5ª Ed. São Paulo: Método, 2011, pg.46), lecionando que:

"O Princípio Constitucional da Igualdade (art.5º, caput, e inciso I) determina que se dê tratamento igual aos que se encontrem em situação equivalente e que se trate de maneira desigual os desiguais na medida de suas desigualdades. Ele obriga tanto o Legislador quanto o Aplicador da Lei (Igualdade na Lei e Igualdade perante a Lei). De modo que o Princípio Constitucional da Igualdade não veda que a Lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de grupo social, de sexo, profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras; o que não se admite é que o parâmetro diferenciador seja arbitrário, desprovido de razoabilidade, ou deixe de atender alguma relevante razão de interesse público. Exemplificando, o Princípio da Igualdade não impede tratamento discriminatório em concurso público, desde que, haja razoabilidade para a discriminação". (grifamos).

Sendo assim, *o Princípio da Igualdade não deve ser recepcionado como fundamento no sentido de reprovar a presente proposição, mas acolhido no sentido de que a matéria pretendida não veda o tratamento discriminatório entre indivíduos quando há razoabilidade para a discriminação*, exatamente o que se tem na questão debatida, qual seja, de um lado, a candidata gestante e com suas fragilidades em razão do seu estado gravídico momentâneo, e de outro, pessoas candidatas em perfeitas condições físicas de se submeterem a quaisquer tipos de esforços físicos no teste de aptidão.

A presente proposição da forma apresentada, visa proteger a saúde tanto da futura Mãe (gestante) quanto de uma vida intrauterina e extrauterina (recém nascido) encontrando amparo, salvo melhor entendimento, no título I – dos Princípios Fundamentais, em seu artigo 3º, inciso IV e artigo 6º da Lei Maior, que trata dos Objetivos Fundamentais da República e Direitos Sociais, ex vi:



Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - (...);

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outra forma de discriminação (...);

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

Sendo assim, a presente Proposição Legislativa assegura o direito à vida, expresso no *caput* do art. 5º da Carta Magna, como sendo o mais elementar dos direitos fundamentais; *sem vida, nenhum outro direito pode ser fruído, ou sequer cogitado.*

De modo que, ao não se permitir que o Projeto de Lei em debate seja aprovado, estará possibilitando, em tese, *quicá, um provável aborto* sofrido pela Gestante quando do *enfrentamento forçado aos processos seletivos* em que haja exame de capacitação física, *em razão do estado gravídico e fragilidade física* em que se encontra naquele momento. Ora, a Constituição Federal protege a vida de forma geral, não só a extrauterina como também a intrauterina. Corolário da proteção que o Ordenamento Jurídico brasileiro concede à vida intrauterina é a proibição da prática do aborto, somente permitindo o aborto terapêutico, como meio de salvar a vida da gestante, ou o aborto humanitário, no caso de gravidez resultante de estupro (CP, art. 128).

Ainda, *corroborando com a argumentação em defesa da proposta até então rejeitada, demonstra-se que proposição similar a esta foi aprovada em outras Assembleias Legislativas*, dentre as quais, destaca-se a do Estado do Rio de Janeiro (PL nº 1.996/09 – aprovado em 1ª discussão em data de 14/09, de autoria da Deputada Inês Pandeló, cuja Súmula: “proíbe tratamento discriminatório a gestantes em concursos públicos impedindo o desligamento de candidatas em função da impossibilidade causada pela condição, de participarem de exames de capacitação física”. Publicada no DOERJ: 02/06/11, pg.11).



Portanto, diante dos dispositivos Constitucionais supramencionados, pode-se depreender, é perceptível que ao Legislativo incumbe a iniciativa da proposta, razão pela qual, *subentende-se a Constitucionalidade do presente Projeto*, não se vislumbrando nenhum vício de iniciativa.

Sendo assim, é cediço que a rejeição do Projeto de Lei em debate será prejudicial a esta Casa de Leis que reza pelo bem estar da coletividade e sem qualquer distinção, principalmente em se tratando de assuntos relacionados à direitos Constitucionais legítimos relacionados à saúde da Gestante. De Modo que, inviabilizar o trâmite de Projetos meritórios como este é agir em contrariedade ao interesse público, pelo que não se espera.

Por todo o exposto retro, requer seja o presente Recurso recebido e submetido ao Plenário para deliberação na forma regimental.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2012.

PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos

D. L.

Is. 02

PROJETO DE LEI Nº 727/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 SET. 2011

Praça
1º Secretário

SÚMULA: Proíbe o tratamento discriminatório às gestantes que participam de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná.


A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETA:

Artigo 1º - Fica proibido o tratamento discriminatório as gestantes participantes de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único- Nos processos seletivos em que haja exame de capacitação física não é permitido o desligamento e a exclusão da candidata que comprovar gravidez.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de setembro de 2011


PROF. LEMOS
Deputado Estadual

19:26 06/09/2011 006369 DT ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos

D. L.
s. 03

JUSTIFICATIVA

Em editais de concursos públicos realizados no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná compostos por exames de capacitação física é comum existir a previsão do desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame.

Tal disposição afronta diretamente a dignidade da pessoa humana, fundamento da república brasileira, previsto no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal, além de violar também o princípio da isonomia, garantido constitucionalmente pelo artigo 5º, caput e inciso I.

Não é razoável, a despeito da alegada incompatibilidade com os testes físicos específicos realizados durante a seleção e a condição de gestante, que se prive da plena realização da pessoa enquanto indivíduo inserido na sociedade - a qual elegeu o valor social do trabalho um de seus fundamentos (CF, art. 1º, IV) - de modo a ensejar sua exclusão do mercado de trabalho.

A referida discriminação que se combate com a presente proposição revela uma concepção ultrapassada do papel da mulher na sociedade, abolida do ordenamento jurídico em vigor no país desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Isto é, parece que a mulher deve decidir entre ter filhos e trabalhar, uma vez que a realização de ambas as tarefas é posta como incompatível.

Além disso, falta a fundamentação necessária para demonstrar a suposta incompatibilidade da condição de gestante com os testes físicos específicos a serem exigidos durante o processo de seleção. Com base em quais dados e fatos se estabelece tal afirmação? Ainda assim, deveria ser buscado adequar a seleção dos concorrentes sem gerar nenhum tipo de tratamento prejudicial para gestantes, privando-as de direitos fundamentais tão caros a qualquer indivíduo.